

Carlos Alberto Garbi

DESEMBARGADOR, MESTRE E DOUTOR EM DIREITO CIVIL PELA PUC/SP
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE DIREITO CIVIL DAS FACULDADES
METROPOLITANAS UNIDAS (FMU). PROFESSOR DA ESCOLA PAULISTA DA
MAGISTRATURA (EPM). PROFESSOR CONVIDADO
EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E AUTOR DO LIVRO
RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO REAL E USUFRUTO,
ENTRE OUTROS TRABALHOS JURÍDICOS.

A Intervenção Judicial no Contrato em face do Princípio da Integridade da Prestação e da Cláusula Geral da Boa-fé

Uma nova visão do adimplemento contratual

Escola Paulista da Magistratura

São Paulo, 2014



ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

Biênio 2012/2014

Diretor

DESEMBARGADOR ARMANDO SÉRGIO PRADO DE TOLEDO

Vice-Diretor

DESEMBARGADOR JOSÉ RAUL GAVIÃO DE ALMEIDA

Conselho Consultivo e de Programas

DESEMBARGADOR ANTONIO LUIZ PIRES NETO

DESEMBARGADOR GERALDO LUÍS WOHLERS SILVEIRA

DESEMBARGADOR JOSÉ CARLOS FERREIRA ALVES

DESEMBARGADOR LUIS CARLOS DE BARROS

DESEMBARGADOR PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI

DESEMBARGADOR RICARDO HENRY MARQUES DIP

JUIZ REGIS DE CASTILHO BARBOSA FILHO

SUMÁRIO

Introdução	15
1 A influência do Liberalismo sobre o Código Civil brasileiro	18
1.1 O pensamento liberal	18
1.2 O Liberalismo, a autonomia da vontade e o <i>laissez-faire</i>	21
1.3 O Liberalismo e a Revolução Francesa	31
1.4 O fim do <i>laissez-faire</i>	33
1.5 A passagem do Estado Liberal ao Estado Social e o contrato	38
1.6 A influência do Liberalismo no Código Civil brasileiro.....	45
2 A relação obrigacional e o contrato	53
2.1 A obrigação e sua natureza patrimonial	53
2.2 A relação jurídica obrigacional, o contrato e a vontade	58
2.3 O direito das obrigações e o Código Civil de 2002	66
3 O princípio da boa-fé objetiva e as cláusulas gerais	71
3.1 A boa-fé e o Código Civil de 2002	71
3.2 O sistema aberto, as cláusulas gerais e a boa-fé objetiva	75
3.3 O princípio da boa-fé objetiva	84
3.4 A operabilidade do princípio da boa-fé objetiva	91
3.4.1 A boa-fé e o abuso de direito	100
3.4.2 A boa-fé e a segurança jurídica	102
4 Fundamentos constitucionais do princípio da boa-fé	106
4.1 Os princípios de direito no sistema jurídico aberto	106
4.2 Os princípios constitucionais incidentes na relação obrigacional	112

5	Deveres acessórios e de cooperação presentes na relação obrigacional	118
5.1	Deveres acessórios, laterais e secundários	118
5.2	Deveres de cooperação e auxílio	122
5.3	O dever de cooperação e as relações obrigacionais duradouras	133
5.4	O dever de cooperação e a utilidade da prestação	134
6	A função social e o novo contrato	136
6.1	Princípio da conservação dos contratos	143
6.2	Relação das obrigações e do contrato com a economia	145
6.3	O novo contrato	149
6.4	A intervenção judicial nos domínios do contrato	155
7	O adimplemento da obrigação	157
7.1	O adimplemento como fase autônoma do processo obrigacional.....	157
7.2	A rigidez das regras do adimplemento	159
7.3	A indivisibilidade do objeto e a indivisibilidade da prestação	164
7.3.1	A indivisibilidade material (objetiva) e a indivisibilidade jurídica (subjativa)	165
7.3.2	A indivisibilidade da obrigação e a pluralidade de credores ou devedores	167
7.3.3	A indivisibilidade da obrigação e o adimplemento	168
7.4	O interesse social no adimplemento da obrigação	170
7.5	A obrigação vista a partir da sua estrutura interna e a flexibilidade das regras de adimplemento	172
7.6	Um novo conceito de adimplemento	174

8	A relatividade do princípio da integridade da obrigação e as regras do adimplemento	177
8.1	A autonomia da vontade como pressuposto de justiça contratual e cumprimento exato da obrigação	177
8.2	A relatividade do princípio da integridade da obrigação e a flexibilidade das regras do adimplemento	180
8.2.1	Adimplemento substancial	183
8.2.2	Revisão por onerosidade excessiva e obrigação de indenizar por ato ilícito	185
8.2.3	O superendividamento	186
8.2.4	A flexibilidade do contrato e os modernos princípios contratuais europeus	188
8.2.5	A relatividade das regras de adimplemento da obrigação	191
9	A intervenção judicial no contrato e o adimplemento da obrigação ...	195
9.1	A posição do credor na relação obrigacional e a tendência de humanização das relações patrimoniais	195
9.2	A posição do devedor na relação obrigacional e o <i>favor debitoris</i> ...	198
9.3	A intervenção na relação obrigacional à luz dos estatutos estrangeiros e da moderna tendência europeia de flexibilização das regras de adimplemento..	203
9.4	A intervenção na relação obrigacional no Direito brasileiro	209
9.5	Os limites da intervenção judicial e o inadimplemento relativo da obrigação	213
9.6	Efeitos da modificação da obrigação quanto ao parcelamento da dívida ou dilação da execução	218
	Conclusão	220
	Bibliografia	230